

Relatório

# Registo de descrição

Data relatório

2024-04-29

Registo

PT/BP/BP-CALDAS DA RAINHA - Agência do Banco de Portugal nas Caldas da Rainha

<b>Nível de descrição</b>	F
<b>Código de referência</b>	PT/BP/BP-CALDAS DA RAINHA
<b>Código de referência Nyron</b>	BP-Caldas da Rainha
<b>Título</b>	Agência do Banco de Portugal nas Caldas da Rainha
<b>Datas de produção</b>	1932-10-24 - 1989-11-03
<b>Dimensão e suporte</b>	150 ; Papel
<b>Entidade detentora</b>	Banco de Portugal

## História administrativa/biográfica/familiar

Funcionando como correspondência ordinária ligada à Agência de Leiria, Caldas da Rainha desde cedo se destacou pelo elevado volume do desconto que praticava. Com o encerramento da correspondência privativa de Torres Vedras (27 de Setembro de 1932) o Conselho Geral propõe que Caldas da Rainha passasse a funcionar com um empregado do Banco. De facto, em 1 de Novembro de 1932, tendo à sua frente Manuel Joaquim Camacho Palma (anterior correspondente de Torres Vedras), Caldas da Rainha inicia a atividade como correspondência.

Em 1933, com uma dotação de 50 contos, o Conselho de Administração deliberou que a correspondência podia efetuar sem prévia autorização de Leiria, operações de letras até aquele limite, sob certos condicionalismos, sendo a contabilização realizada através de Leiria.

Em 9 de Março de 1945 é proposto pelo Conselho Geral a passagem da praça de Caldas da Rainha a agência, o que se efetivou em 2 de Abril do mesmo ano. Os agentes nomeados para a dirigirem são o anterior correspondente Manuel Joaquim Camacho Palma e Alberto Carvalho da Silva Basto.

As Caldas da Rainha encontram-se inseridas numa zona bastante fértil de pequena propriedade, produzindo cereais, vinha, produtos hortícolas e fruta de excelente qualidade. Tinha um comércio retalhista de certo vulto, uma indústria fraca com exceção das conservas de Peniche, riqueza em águas termais, com enormes potencialidades para o desenvolvimento do turismo. Situada numa região de argilas, merecem referência as suas famosas cerâmicas conhecidas vulgarmente por "Loiça das Caldas" variando entre a produção artesanal e o nível industrial.

A rede de correspondentes no País nomeados pelo Conselho de Administração mas sob proposta da Agência, prestava-lhe apoio na obtenção de informações e no desconto de letras, entre outras tarefas. Encontravam-se dependendo diretamente desta, para a qual enviavam com regularidade as remessas de numerário efetuadas nas operações de desconto e a escrituração das contas. A rede de correspondentes englobava as localidades de Benedita, Bombarral, Cadaval, Lourinhã, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Reguengo Grande, São João da Ribeira e São Mamede.

As principais tarefas da Agência eram entre outras, descontar letras; efetuar operações cambiais; emprestar sobre penhores; realizar operações de transferência de fundos e, receber depósitos à ordem de particulares. Estava-lhe contudo vedado realizar operações com o Tesouro, sendo submetida regularmente a visitas de inspeção estipuladas pela Sede, para conferência e verificação de saldos e dos valores existentes em Caixa. Devia elaborar e enviar à Sede o balanço anual, com desenvolvimento dos saldos, acompanhado de relatório.

Os principais problemas com que a Agência se deparou ao longo da sua existência podem resumir-se a: exiguidade na concessão dos limites de crédito, decréscimo no volume de transações no final da 2ª Guerra (retração pós-conflito e saída de grande número de refugiados que animavam a região), concorrência de várias casas bancárias que cobravam prémios de transferência a taxas bastante baixas, captavam as remessas dos emigrantes e que ofereciam vantagens no desconto de letras, decréscimo de cambiais e, após 1974, aumento de seletividade a nível da concessão do desconto.

Depois de 1974, e com a nacionalização da Banca em 1975, as Agências viram diminuídas quantitativamente todos os tipos de operações. O papel do Banco de Portugal como banco central assumiu-se marcadamente em detrimento do de banco comercial. Findaram as operações de desconto (a partir de 1976 só se procedem a regularizações de efeitos anteriormente aprovados), a rede de correspondentes foi extinta no 2º semestre de 1976, e grande número de Agências concelhias encerram as suas portas em 1977.

No 2º semestre de 1978 são criados os serviços de Invisíveis Correntes e a Central de Apontes e Protestos, que vão preencher as lacunas existentes no trabalho da Agência. Em 1980 e, por motivos de segurança (enormes transferências de numerário), todas as Agências do Continente passam a funcionar sob o regime de "Banco de acesso condicionado". A Agência das Caldas da Rainha manteve-se em atividade até 30 de Junho de 1989.

### EDIFÍCIO

A Agência das Caldas da Rainha esteve de início instalada num rés-do-chão alugado, na Praça da República. Em 1943, o Banco comprou o prédio e o edifício sofre obras de remodelação sob o aval do arquiteto Manuel da Rocha Casquilho. Em 1968, o Banco procedeu à aquisição de edifícios contíguos ao da Agência. Em 1970 foi aprovado o ante projeto de remodelação do novo espaço de autoria do arquiteto João José Gramunha Araújo.

## Sistema de organização

Cronológico e numérico

## Existência e localização de cópias

Nenhuma

## Unidades de descrição relacionadas

[PT/BP/BP-CG] - Contabilidade Geral; [PT/BP/BP-DEL] - Delegações; BP-Obras